

Juliana Anselmo Benfem

ANTONIO A. ARANTES (ORG.)

Prof^a Ana Fani

FLG 118 Geografia da Metrópole

Aula 128 Cópias

O ESPAÇO DA DIFERENÇA



PAPIRUS EDITORA

7

**CONTORNOS DE UMA POLÍTICA ESPACIALIZADA:
VEÍCULOS DOS SEM-TETO E PRODUÇÃO
DE ESCALA GEOGRÁFICA**

Neil Smith

O "Veículo do sem-teto" é uma intervenção dissonante na paisagem. Projetado por Krzysztof Wodiczko, um artista de Nova York, o veículo foi exibido pela primeira vez em 1988. O protótipo foi construído a partir de consultas, primeiramente com homens e, posteriormente, com mulheres sem-teto; foi testado pela primeira vez nas ruas do Lower East Side de Nova York, e depois em outros lugares da cidade e em Filadélfia. Projeto em andamento, passou por revisões e modificações contínuas, e comporta agora quatro variantes. Seu projeto e desenvolvimento foi financiado por várias galerias e conselhos públicos de arte, bem como pelo próprio artista, mas trata-se de mais do que uma simples obra de arte crítica carregada de ironia simbólica: o "Veículo do sem-teto" é deliberadamente prático. Com efeito, ele funciona como arte crítica somente na medida em que é ao mesmo tempo funcional.¹ Nessa simbiose de objeto simbólico e funcional, o "Veículo do sem-teto" revela uma dimensão vital de uma política espacializada, a saber, a importância da escala.

O "Veículo do sem-teto" de Wodiczko e o "Poliscar", que veio depois, expressam vivamente essa política da escala. Início com uma discussão desses projetos. Segue-se uma breve discussão em que afirmo de forma mais ampla o fato de que não temos uma linguagem sofisticada de diferenciação espacial; esse projeto teórico é levado adiante na terceira seção, onde elaboro uma teoria esquemática da produção da escala.

Este texto foi publicado originalmente em Neil Smith (1997), "Contours of a spatialized politics: Homeless vehicles and the production of geographical scale". *American Studies*. Kansas: University of Kansas, pp. 55-81. Tradução de Pedro Maia Soares.

1. Sobre o "Veículo do sem-teto", ver Daniel, Krzysztof, Oscar e Victor (1988), Lurie e Wodiczko (1988) e Wodiczko e Lurie (1990).

Veículos dos sem-teto

O "Veículo do sem-teto" baseia-se na arquitetura vernacular do carrinho de supermercado e proporciona o espaço e os meios para facilitar algumas necessidades básicas: transportar, sentar, dormir, abrigar-se e lavar-se. A mobilidade espacial é um problema central para as pessoas expulsas dos espaços privados do mercado imobiliário. Sem um lar ou outro lugar para guardar suas posses, é difícil andar pela cidade, pois é preciso carregar todos os seus pertences consigo. No final da década de 1980, na cidade de Nova York, com o número dos sem-teto estimado entre 70.000 e 100.000 pessoas – de 1 a 1,4% da população da cidade –, muitos passaram a usar carrinhos de supermercado ou carros de lona do correio para carregar suas coisas, e as latas e garrafas que podiam ser trocadas por um níquel.² Wodiczko pensou nisso: o compartimento de baixo do veículo foi projetado para carregar pertences – sacos, roupas, cobertores, comida, água, latas vazias. (Ver foto na p. 162).

Encontrar um lugar para dormir é também um problema importante: o compartimento de cima, que pode ser usado para carregar coisas durante o dia, pode também ser desdobrado em três seções. Cada parte está drapejada com encerado de plástico pesado e, quando expandido, esse compartimento forma um espaço para dormir. Dessa forma, Wodiczko referiu-se a ele também como "veículo de abrigo" (cf. Wodiczko e Lurie 1990). As abluções diárias são igualmente um problema para os sem-teto: a ponta cônica de alumínio do veículo, que lembra de modo satírico um foguete ou outro dispositivo de alta tecnologia militar, dobra-se a fim de se tornar uma bacia. Em um modelo, Wodiczko tentou colocar uma toailete bioquímica na traseira do veículo, mas essa idéia revelou-se impraticável.

Uma resposta apropriadamente extrema à expulsão social em massa, o "Veículo do sem-teto" não é – nem pretende ser – uma solução. Não é "um lar, mas um bem imobiliário ilegal", segundo Papo Colo (1990), uma "arquitetura provocada pela pobreza, um míssil, a indicação de fuga, de recuo, ou invasão e ataque". Com a aparência de um instrumento militar-industrial de alta precisão, ele expressa o absurdo e a obscenidade sociais da falta de moradia disseminada no coração do capitalismo, mas o faz somente na medida em que o veículo é rigorosamente funcional. A utilidade prosaica da ponta cônica contrasta abruptamente com o desperdício patológico de 300 bilhões de dólares pelo orçamento militar, como se mostrasse que há mais utilidade social numa simples bacia do que em todo o arsenal nacional de lixo *high-tech*. O carrinho de

2. A estimativa mais baixa sobre o número dos sem-teto (70.000) é de Peter Marcuse (s.d.). A mais alta (100.000) foi divulgada pela "Coalizão pelos sem-teto" em 1987, embora esse número tenha sido revisto depois para 70 mil. Em 1986, a cidade de Nova York admitia não mais que a metade disso e, quando o número dos sem-teto aumentou claramente, no final da década de 1980, as autoridades simplesmente deixaram de divulgar estatísticas. A expressão "expulsos" é de Rosalyn Deutsche (1988), que sustenta esclarecer melhor "os motivos históricos específicos, em lugar dos míticos, para a presença dos atuais sem-teto" (p. 48).

supermercado, um símbolo mais suave, mas ícone de um consumismo em expansão, torna-se um meio de produção tanto quanto de consumo, uma tecnologia básica para conduzir a vida cotidiana. A absurdidade do veículo depende de sua praticidade. Ele expressa e expõe as relações de poder e falta de poder que definem a situação dos sem-teto. (Ver foto p. 163)

Expulsos dos espaços privados do mercado imobiliário, os sem-teto ocupam os espaços públicos, mas sua presença na paisagem urbana é contestada com fúria. Sua visibilidade é constantemente apagada por esforços institucionais de removê-los para outros lugares – para abrigos, para fora dos prédios e parques, para bairros pobres, para fora da cidade, e em direção a outros espaços marginais. As pessoas expulsas também são apagadas pelas desesperadas campanhas pessoais dos que têm casa para não verem os sem-teto, mesmo quando tropeçam em seus corpos nas calçadas. Esse apagamento em curso da visão pública é reforçado pelos estereótipos da mídia que ou culpam as vítimas – e, portanto, justificam sua invisibilidade estudada – ou afogam-nos num tal sentimentalismo lúgubre que faz deles párias sociais, desamparados, o patético Outro, eximido de responsabilidade cívica ativa e com sua condição de pessoa negada.

O “Veículo do sem-teto” é uma invenção impertinente que dá aos expulsos o poder de apagar seu próprio apagamento. Ele “retalia”, tornando os sem-teto visíveis e ressaltando suas identidades, e “dramatiza o direito do pobre de não ser isolado e excluído”. Ao romper a coerência da paisagem urbana, ele perpetra um “escândalo socialmente criado”; torna-se “um veículo para organizar os interesses das classes dominadas numa expressão de grupo, emprega o *design* para iluminar a realidade social, sustentando o direito desses grupos de recusar a marginalização” (Deutsche 1988). O “Veículo do sem-teto” proporciona um meio potencial pelo qual os expulsos podem desafiar e, em parte, superar, o deslocamento social que lhes é imposto pela falta de moradia. Não sendo enfaticamente uma solução, funciona apenas em parte e de maneira desigual; está voltado mais explicitamente para as necessidades dos sem-teto sozinhos do sexo masculino e responde menos às necessidades de segurança das mulheres ou às demandas das famílias.

A tensão entre absurdidade e funcionalidade expressa-se não apenas pelo desenho do veículo, mas também mediante a revelação prática da política do cotidiano como inerentemente espacial. O “Veículo do sem-teto” expressa uma geografia política estratégica da cidade. A imobilidade dos expulsos prende-os na armadilha do espaço, ou antes, prende-os nos interstícios de uma geografia urbana produzida e reproduzida de forma a excluí-los.³ O “Veículo do sem-teto”, ao contrário, é simultaneamente um meio de produção e de reprodução, permitindo que os expulsos façam e refaçam o espaço de um modo que aumenta seus meios de sobrevivência. É um meio de gravar uma política geográfica mais compreensiva numa cidade de espaços que excluem. Ao permitir uma mobilidade espacial mais ampla, ele abre possibilidades para catar e mendigar,

3. Para uma discussão inicial sobre a geografia urbana dos sem-teto, anterior a seu crescimento na década de 1980, ver Duncan (1978). Para uma discussão mais recente, ver Ruddick (1990).

põe mais ao alcance locais distantes de reciclagem de latas e garrafas, torna novos lugares acessíveis para dormir, permite fugas mais rápidas e eficazes dos ataques e pressões da polícia e, em geral, dinamiza as rotinas da vida cotidiana. "Ele facilita a tomada do espaço por indivíduos sem teto, em vez de contê-los em locais prescritos" (Colo 1990). Os operadores do "Veículo do sem-teto" "possuem espaço graças à obrigação de inventá-lo" (Deutsche 1988, p. 50). E uma maior mobilidade aumenta as possibilidades de reunião e organização públicas; torna o "sem-teto" mais perigoso para a frágil coerência das geografias políticas dominantes da cidade. O "Veículo do sem-teto" especializa-se no que Don Mitchell (1992, cap. 5) chama de "capacidade de subversão da mobilidade".

Respondendo em parte a críticas e comentários, Wodiczko criou mais tarde um novo veículo para os sem-teto: o "Poliscar". Um híbrido surpreendente de uma máquina do tempo Dalek do *Doctor Who* da BBC e de um tanque "cubista" da Primeira Guerra Mundial, o "Poliscar" aprofunda a reconquista do espaço urbano. Apresentado em 1991, esse veículo leva muito mais a sério as necessidades de segurança e privacidade dos sem-teto: o operador fica inteiramente em seu interior, onde há espaço para mais de uma pessoa. Mas, mais do que tudo, o "Poliscar" aumenta a comunicação. Para os sem-teto, diz Wodiczko (s.d., p. 9), "a contradição de sua existência (...) é que, ao mesmo tempo em que estão fisicamente confinados a espaços públicos, estão politicamente excluídos do espaço público constituído como espaço da comunicação". Equipado com rádio CB [faixa do cidadão], câmera externa, monitor de televisão e um *link* de microondas para transmitir imagens para outros veículos e receptores, o "Poliscar" inverte também a direção tradicional da vigilância pública. Ele esconde "o sem-teto, normalmente visível demais, ao mesmo tempo em que usa suas câmeras para submeter os respeitáveis passantes a uma vigilância do tipo da que o Estado poderia normalmente aplicar aos seus proscritos desprotegidos" (cf. Wright 1992). Com efeito, o "Poliscar" tem por objetivo a democratização do espaço urbano, dando aos sem-teto seus próprios poderes de policiamento, ao mesmo tempo em que invoca a possibilidade de liberdade e democracia numa *polis* refeita. Wodiczko imagina uma rede de "Poliscars" eletronicamente ligada por toda a cidade, como uma espinha dorsal de uma "rede de comunicações dos sem-teto", que aumentaria a segurança, as oportunidades econômicas e sociais e a organização política dos expulsos.

O "Veículo do sem-teto" e o "Poliscar" foram desenvolvidos no calor das lutas contra o "enobrecimento" e pelos direitos dos sem-teto no Lower East Side de Nova York. O foco da luta foi o Tompkins Square Park, onde, em agosto de 1988, 400 policiais atacaram os sem-teto, invasores, gente do bairro, *punks*, ativistas do movimento por moradia, anarquistas e outros freqüentadores do parque, que faziam uma manifestação contra a imposição de um toque de recolher. Nos três anos seguintes, o Tompkins Square Park foi o centro das lutas por moradia na cidade. Cerca de 300 sem-teto usavam o parque como lugar para viver, erguer tendas, barracos e outros abrigos, enquanto o movimento dos invasores expandia-se pelo Lower East Side. Houve manifestações contínuas em defesa do que se tornara um espaço liberado, e a polícia e a cidade reagiram com varridas periódicas do parque. Essa fase de disputa pelo espaço dos expulsos acabou em junho de 1991, quando a

cidade esvaziou o parque, ergueu uma cerca de 2,5 metros em torno dele e começou um processo de reabilitação e reconstrução que durou 14 meses. Vários barracos e acampamentos – apelidados de “Dinkinsvilles”, porque o prefeito se chamava Dinkins – surgiram em quadras decadentes próximas do parque, mas também foram eliminados vários meses depois.⁴

O “Veículo do sem-teto” e o “Poliscar” se apropriam da ambição política dessas lutas e as expressam da perspectiva de muitas pessoas sem teto; expressam também a percepção central de que a libertação política exige o acesso ao espaço. Eles proporcionam meios de oposição para reinscrever e reorganizar a geografia urbana, mas o fazem de uma maneira muito específica. Esses veículos abrem espaços novos de interação, mas não de forma aleatória. Ao contrário, ampliam o espaço urbano de atividade produtiva e reprodutiva, fraturam fronteiras anteriores de intercurso cotidiano e estabelecem novas fronteiras. Eles convertem espaços de exclusão no conhecido, no feito, no construído. Em suma, redefinem a escala da vida cotidiana para os sem-teto.

O objetivo libertador do “Veículo do sem-teto” e do “Poliscar”, a aquisição de poder político que facilitam, a agudeza da contradição entre absurdidade e funcionalidade, tudo isso depende dessa reinscrição da escala geográfica. Eles buscam, de forma desabrada, expandir a escala do controle autocrático e, ao mesmo tempo, contrair a escala do controle oficial. Eles prometem não somente a produção de espaço em abstrato, mas a *produção e reprodução concretas da escala geográfica* como estratégia política de resistência. Como instrumentos de poder político, os veículos de Wodiczko funcionam precisamente na medida em que, simbólica e praticamente, permitem que os sem-teto “saltem escalas” – reorganizem a produção e reprodução da vida cotidiana e resistam à opressão e à exploração numa escala maior – num campo geográfico mais amplo. Os refrões cantados no Tompkins Square expressavam a mesma ambição. Da resposta imediata – “De quem é este parque? A porra deste parque é nosso!” –, o refrão mudou nos primeiros dias de defesa do parque para “Tompkins Square em toda parte”. A luta foi derrotada justamente porque fracassou na mobilização de inquilinos, ativistas pela moradia e sem-teto do resto da cidade. Dito de outro modo, saltar escalas permite aos expulsos dissolver as fronteiras espaciais que são em larga medida impostas de cima e que detêm, em vez de facilitar, sua produção e a reprodução da vida cotidiana.

Espaço, diferença e metáfora

Escolhi interpretar o “Veículo do sem-teto” e o “Poliscar” de uma forma que recupera, de sua invisibilidade habitual, a espacialidade da política local e, em especial, o papel constitutivo da escala

4. Sobre o enobrecimento [*gentrification*] no Lower East Side, ver Smith, Duncan e Reid (1989). Para uma história sinóptica do Tompkins Square Park, ver Smith (1990). Para uma avaliação mais ampla, ver Smith (1992). Para um caso paralelo de parques e falta de moradia, ver Mitchell (s.d.).

geográfica. A reafirmação contemporânea do espaço no discurso social já está bem documentada e amplamente discutida, e emana de várias fontes: geógrafos – cuja preocupação tradicional com o espaço material foi imensamente avivada e tornada social na esteira dos levantes políticos da década de 1960 e as reestruturações espaciais em todas as escalas geográficas que se seguiram; teóricos sociais das décadas de 1970 e 1980 – para quem, no contexto da tradição rigorosamente historicista que dominava o pensamento social desde o século XVIII, o espaço está sendo redescoberto como um mundo negligenciado de conceitos potencialmente novos e inexplorados; e teóricos literários e culturais, em especial, mas não exclusivamente, feministas – para quem a linguagem do espaço forneceu um reservatório de metáforas reveladoras e novos significados.⁵

Essas diferentes exposições e redescobertas do espaço foram, a sua maneira, projetos altamente políticos, fossem um esforço para compreender as geografias construídas do capitalismo ou para empregar uma linguagem espacial a fim de descentrar preocupações políticas anteriormente dominantes (por exemplo, com relação à classe) e complementá-las ou substituí-las por novas, como gênero e raça. Outros diriam isso de modo diferente, mas Fredric Jameson (1984) talvez seja o mais explícito – e ele certamente não está sozinho – ao chegar à conclusão de que a “cultura” está “cada vez mais dominada pelo espaço e a lógica espacial” (p. 71), e que, além disso, “um modelo de cultura política adequado a nossa própria situação terá necessariamente de levantar questões espaciais como sua preocupação fundamental de organização” (p. 89).

Contudo, um obstáculo básico nessa reafirmação do espaço encontra-se na falta de qualquer linguagem articulada da diferença e da diferenciação espacial. Na medida em que a gramática da teoria social tem sido confessadamente historicista, desenvolveu-se uma linguagem da diferença temporal como meio de delinear diferentes experiências. A questão não é que os historiadores não concordem com alguma divisão objetiva e universalmente aplicável da história social em eras e épocas formais; antes, o ponto significativo é que os intensos debates e lutas políticas que entram na definição e redefinição contínuas dos períodos históricos não se repetem de forma alguma em relação ao espaço. Nenhuma controvérsia desse tipo surgiu sobre as categorias e políticas da diferenciação espacial. Onde estão os debates políticos sobre a escala em que os bairros são construídos, os limites do urbano, o que faz uma região, a escala do estado-nação – ou, ainda, o que faz a escala global? Não é que esses debates jamais tenham ocorrido – eles aconteceram, embora tenham

5. Em relação à geografia, ver especialmente a obra de David Harvey (1973, 1982, 1985 e 1989). Ver também Gregory (1978), Watts (1983), Massey (1984), Smith (1984), Soja (1989), Peet e Thrift (1989), e Katz e Kirby (1991). Do lado da teoria social, a “descoberta” do espaço e conceitos sobre o espaço foram apresentados por Althusser e Balibar (1977), Giddens (1981), Foucault (1980), Berman (1982), Probyn (1990). Para uma abordagem mais histórica, ver Genovese e Hochberg (1989). Da crítica literária, ver Jameson (1984), Said (1978, 1990) e Ross (1988). É evidente que essas categorias de geografia, teoria social e crítica literária não são separadas e envolvem uma considerável e crescente sobreposição. Não há melhor exemplo disso do que a obra pioneira de Henri Lefebvre (1970, 1976 e 1991).

sido geralmente obscuros⁶ –, mas o problema é que a divisão do mundo em localidades, regiões, nações e assim por diante é essencialmente considerada natural.

Na teoria social “ocidental” de todo o século XX, a subordinação do espaço ao tempo significou que a diferença espacial foi ignorada ou tratada como trivial: ela penetrava na teoria social somente na medida em que se podiam ver diferentes processos sociais em lugares diferentes. Da mesma forma, o espaço *per se* (em oposição aos eventos sociais que aconteciam “no” espaço ou “através” do espaço) era tratado como auto-evidente, não-problemático e sem necessidade de teorização. Os geógrafos, de quem se esperaria que desenvolvessem uma linguagem da diferenciação espacial, estavam de fato preocupados com as questões espaciais e de forma alguma inclinados a desconsiderar o espaço – mas, apesar disso, alimentavam uma reticência desastrosa em relação à teoria em geral e uma relutância completa em ver a escala geográfica como socialmente construída. Com raras exceções, eles também trivializavam a escala geográfica como uma mera questão de preferência metodológica para o pesquisador. A trivialização mais clara veio, sem dúvida, da linhagem particularmente conservadora da geografia regional que emanou dos Estados Unidos entre a década de 1930 e o começo dos anos 60, e que se baseava no edifício não examinado de um neokantismo peculiarmente historicista, ainda enraizado no idealismo do século XVIII.⁷ Embora fosse certamente meritório perguntar “como se definem as regiões”, os geógrafos americanos da metade do século recorriam a uma renúncia antiintelectual dos próprios processos sociais de regionalização quando respondiam em harmonia virtual: “De qualquer modo que se queira defini-las.”

Assim, o significado do “Veículo do sem-teto” e do “Poliscar”, no contexto do antienobrecimento e da luta pelos direitos dos sem-teto, deveria ser mais evidente. Várias proposições estão envolvidas. Primeiramente, a construção da escala geográfica é um meio primário mediante o qual “ocorre” a diferenciação espacial. Em segundo lugar, uma compreensão da escala geográfica poderia nos proporcionar uma linguagem mais plausível da diferença espacial. Em terceiro lugar, a construção da escala é um processo social, isto é, a escala é produzida na sociedade e mediante a atividade da sociedade que, por sua vez, produz e é produzida por estruturas geográficas de interação social. Por fim, a produção da escala geográfica é um lugar de luta política potencialmente intensa.

Se essas proposições têm uma validade pelo menos parcial, então, uma exploração teórica da produção da escala talvez possa ajudar a fornecer uma linguagem e um conjunto de conexões para tratar da diferença espacial. Antes de seguir nesse caminho, no entanto, é importante esclarecer a que linguagem do espaço e escala me refiro aqui, pois são invocadas concepções bastante diferentes nessa ampla redescoberta do espaço,

6. Mas pensemos, por exemplo, no debate sobre a constituição legal e territorial dos Estados Unidos, em que diferentes escalas geográficas de organização política foram intensamente discutidas como modelos muito diferentes de poder político. Ver Hamilton, Madison e Jay (1982).

7. Ver Smith (s.d.) e Gould (1991).

e é fundamental que fiquem explícitas. Como disse Foucault (1980, p. 68), trata-se da tarefa de "tornar preciso o espaço em questão". Em particular, os usos metafóricos do espaço que se tornaram moda no discurso literário e cultural parecem cada vez mais divergentes das concepções mais literais de espaço que dominaram a "nova" geografia das duas últimas décadas. Não se trata de algo simples como uma disputa semântica entre concepções supostamente reais e ideais de espaço, mas de uma aproximação bastante contestada entre visões políticas múltiplas. Foi também Foucault, evidentemente, que afirmou que, enquanto as metáforas temporais penetravam nas questões da consciência individual, o esforço "de decifrar o discurso por meio de metáforas espaciais estratégicas, permite perceber exatamente os pontos pelos quais os discursos se transformam em, através de e a partir das relações de poder" (*op. cit.*, pp. 69-70). Não somente a produção do espaço é um processo inerentemente político, como o uso de metáforas espaciais, longe de proporcionar imagens inocentes e evocativas, na verdade, entra diretamente nas questões do poder social.

Boa parte da teoria social e cultural das duas últimas décadas dependeu fortemente de metáforas espaciais.⁸ A miríade de "descentramentos" do modernismo e de agentes reputadamente modernos (por exemplo, a classe operária), o "deslocamento" da economia política pelo discurso cultural, e uma quantidade de outros "movimentos" foram facilitados por um léxico muito fértil de metáforas espaciais: "posição do sujeito", "localidade", "mapear", "basear", "viagem", "(des/re)centramento", "espaço teórico", "espaço ideológico", "espaço simbólico", "espaço conceitual", "espaço da significação", "territorialização" e assim por diante. Se essas metáforas funcionaram inicialmente de modo muito positivo para contestar, arejar e até descartar muito pensamento indigesto, elas podem agora ter assumido uma existência muito mais independente, que desestimula tanto quanto permite novas visões políticas. Essas metáforas espaciais podem não estar ainda completamente fora de controle,⁹ mas vão nessa direção – e um pouco de reflexão a tempo pode não ser uma má idéia. A reflexão fugaz de Foucault sobre os objetivos da metáfora espacial é rara – ele nem a aprofundou –, pois a maior parte dessas metáforas é utilizada de modo inconsciente.

A maneira como apresentei a distinção entre concepções materiais e metafóricas do espaço é obviamente exagerada. O material e o metafórico estão, por definição, mutuamente relacionados e não há fronteira clara entre os dois. As metáforas aumentam muito nossa compreensão do espaço material – espaço físico, território –, da mesma forma que nossas práticas espaciais e concepções do espaço material são matéria-prima fecunda para metáforas. Não pretendo estabelecer nenhum dualismo simples nem estou tentando descartar de alguma forma a metáfora: esse seria um projeto absurdo. Em vez disso, penso ser necessário articular as conexões entre as duas concepções do espaço a fim de entender as fontes e o potencial do poder metafórico.

8. Para uma exploração anterior do espaço metafórico e material, sobre a qual se baseia a presente discussão, ver "Afterword: the beginning of geography", em Smith (1990), pp. 160-178.

9. Ver Hebdige (1933).

Somente dessa forma poderemos provavelmente evitar que os significados sigam as metáforas "fora de controle".

O principal perigo de uma utilização irrefletida das metáforas espaciais é que elas repitam implicitamente as assimetrias de poder inerentes ao discurso social tradicional. É novamente Foucault (1980, p. 70) quem dá a descrição mais vívida: "O espaço era tratado como o morto, o fixo, o não-dialético, o imóvel. O tempo, ao contrário, era riqueza, fecundidade, vida, dialética." Essa relação assimétrica entre tempo e espaço supõe a história como a variável independente, o ator, e a geografia como o dependente – a base sobre a qual os eventos acontecem, o campo onde a história se desenrola. Enquanto a geografia é evidentemente um dado – ela simplesmente é –, a história esconde todos os segredos da complexidade social. Se o florescimento das metáforas espaciais parece, à primeira vista, representar uma enervação da história e a defesa de um espaço reenergizado, as coisas nem sempre são o que parecem. Na verdade, as metáforas espaciais tendem a reforçar precisamente esse amortecimento do espaço. A metáfora funciona de maneiras variadas, mas sempre envolve uma afirmação da alteridade. A diferença expressa-se na semelhança. Uma verdade ou um *insight* revelam-se pela afirmação de que um objeto, evento ou situação compreendido de modo incompleto é outro, numa situação em que o outro é supostamente conhecido: a definição social (por raça, por exemplo) é chamada de "localização", porque revela a conexão entre experiência social e lugar na estrutura social; diz-se de idéias emergentes que ocupam um "espaço teórico" distinto, porque essa imagem põe a barafunda de idéias existentes e competitivas para longe, em outro "espaço". Em todas essas metáforas espaciais, supõe-se o espaço como um Outro não problemático, já conhecido – o que sugere a face de Jano da metáfora. Na medida em que apela continuamente para alguma outra realidade tida como conhecida, a metáfora disfarça sistematicamente a necessidade de investigar o conhecido.

As metáforas espaciais evocam uma representação do espaço muito específica e contestada. Elas supõem como dado o que os geógrafos, físicos e filósofos reconhecem como "espaço absoluto". Nessa concepção absoluta, o espaço é representado como um campo ou um recipiente, vazio inerente, dentro do qual a localização de todos os objetos e eventos pode ser fixada usando-se um sistema de coordenadas simples. É o espaço morto, fixo e imóvel de que falou Foucault – e ele se apresenta hoje para o serviço metafórico justamente porque, com toda a rigidez tornada fluida na teoria social pós-estruturalista e pós-moderna, a fixidez do espaço absoluto proporciona a âncora que amarra as idéias, de outro modo flutuantes, à experiência material. Refratado no espelho de um espaço absoluto altamente rígido, o espaço metafórico abre "lugar para se mover"; o espaço onde se pode ser fecundo, dialético, doador de vida. É desse modo que o espaço metafórico ganha sua riqueza – à custa do espaço material, cujo empobrecimento reforça. Com efeito, as metáforas têm êxito somente pela retenção dos conceitos espaciais modernistas mais tradicionais e totalizantes. Na medida em que problematizam a suposição universal do espaço absoluto, noções como a de "produção do espaço", de Henri Lefebvre, também tornam problemática toda a gama de metáforas espaciais

fundadas na suposição do espaço absoluto.¹⁰ Este não pode mais ser equiparado a algum "espaço real" ingenuamente dado, mesmo com a finalidade de fundamentar metáforas alternativas.

Uma discussão mais formal da escala geográfica talvez proporcione algumas pistas para ligar as concepções de espaço material e metafórica, a fim de chegar a uma linguagem da diferenciação espacial.

A produção da escala – exploração esquemática

É possível conceber a escala como uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competição e cooperação. A produção e a reprodução contínuas da escala expressa tanto a disputa social quanto a geográfica para estabelecer fronteiras entre diferentes lugares, localizações e sítios de experiência. A construção do lugar implica a produção da escala, na medida em que os lugares são diferenciados uns dos outros; a escala é o critério de diferença, não tanto entre lugares como entre tipos diferentes de lugares. Quando comecei a pensar a escala dessa maneira, concebi-a em termos em larga medida políticos e econômicos (cf. Smith 1984, pp. 133-147).¹¹ Para tomar um exemplo óbvio, é possível conceber a escala do estado-nação como um compromisso territorial entre necessidades diferenciadas da classe capitalista. De um lado, a competição entre produtores é básica para a economia capitalista, mas a competição irrestrita ameaça levar à anarquia; a classe capitalista também coopera internamente a fim de criar as condições adequadas para a acumulação de capital e a reprodução social, e para enfrentar os desafios a seu poder. Embora não pensado com um voluntarismo tão explícito ou destacado quando da formação nacional, o estado-nação representa uma solução territorial duradoura – porém, em última instância, temporária e historicamente específica – dessa contradição entre competição e cooperação. Dentro das fronteiras geográficas do estado-nação, a classe dominante nacional coopera amplamente em questões como as condições de reprodução da mão-de-obra, a constituição legal da economia, a provisão de infra-estruturas de produção e circulação, e certas instituições ideológicas, mesmo como capitais separados, competem por mercados, capital, mão-de-obra, tecnologia, terras. Há também cooperação ocasional entre diferentes mercados nacionais, mas a competição econômica prevalece.

10. Em *The production of space*, Lefebvre (1991) apresenta um argumento muito semelhante sobre a necessidade de investigar as origens e os significados das metáforas espaciais. Deve-se observar que, para Lefebvre, Foucault era um dos principais culpados do uso oportunista dessas metáforas.

11. Para uma análise mais empírica da produção da escala, ver Smith e Dennis (1987). O debate sobre a escala surgiu principalmente na revista *Antipode*, como parte de um debate mais amplo sobre estudos de localidades. Ver Smith (1987), Cox e Mair (1989), Duncan e Savage (1989).

A solução dessa contradição particular gira em torno da estrutura do estado-nação. Que não haja fronteira abrupta e claramente demarcada entre competição e cooperação, que seja óbvio que os produtores de produtos e serviços semelhantes compitam dentro do estado-nação, enquanto as nações podem também cooperar – isso não desmente uma tal conceituação do estado-nação; antes, confirma-a. As fronteiras territoriais da escala nacional fazem surgir (às vezes de modo débil, às vezes fortemente) um alinhamento ordenado de relações econômicas cooperativas e competitivas. Se a conseqüente territorialização da resolução de conflitos assume uma certa fixidez na paisagem – fronteiras nacionais, por exemplo –, ela também é marcada por uma fluidez de longo prazo. À medida que a escala da acumulação econômica se expande e, com ela, a necessária escala da competição e cooperação, a forma territorialmente institucionalizada de resolução torna-se cada vez mais obsoleta e desenvolvem-se formas espaciais alternativas. É esse o significado das Nações Unidas, de cooperativas internacionais de comércio como a Asean e o Comecon, de uma Europa ocidental unificada, do Nafta: todos proporcionam escalas geográficas (mais altas) alternativas em que essa contradição específica é resolvida – de novo, presume-se que temporariamente. Mas é também o significado da Iugoslávia e da antiga União Soviética, onde a imposição da unidade nacional por motivos econômicos e políticos revelou-se insustentável em termos sociais e culturais.

Na outra ponta da hierarquia das escalas, o “Veículo do sem-teto” e o “Poliscar” destacam o modo como a escala da comunidade é construída. Embora haja uma óbvia dimensão econômica na funcionalidade do veículo, sua significação é muito mais ampla, envolve o acesso político e cultural ao espaço da comunidade, bem como sua produção; ele põe em questão a definição ideológica de comunidade. O “Veículo do sem-teto” e o “Poliscar” enfatizam a conexão entre os detalhes cotidianos da reprodução social e a construção do espaço em escalas diferentes.¹²

O feminismo voltou-se há muito tempo para o lar e para a comunidade como meio de compreender a relação entre produção e reprodução social; mais recentemente, os escritos feministas têm explorado a escala do corpo. Fundada na apropriação tanto metafórica quanto material do espaço, e enfatizando os processos sociais e culturais, essa obra teórica sobre o corpo liga-se de muitas formas diferentes ao foco mais geográfico de, por exemplo, discussões sobre o estado-nação. Uma política espacializada coerente terá de encontrar um modo de expor essas conexões. Como sustenta Lefebvre (1970, p. 167), “hoje, qualquer projeto revolucionário, seja utópico ou realista, deve, se quiser evitar a banalidade, fazer da reapropriação do corpo, em associação com a reapropriação do espaço, uma parte não negociável de seu programa”.

A construção da escala não é apenas uma solidificação ou materialização espacial de forças e processos sociais contestados; o corolário também é válido. A escala é um progenitor ativo de processos sociais

12. Embora voltado para a construção política da escala, Andrew Herod (1991) enfatiza que a produção da escala é uma questão muito mais complexa do que pode ser abrangido por uma análise político-econômica estreita.

[Handwritten scribbles in red ink on the left margin]
específicos. De um modo tanto literal quanto metafórico, a escala contém a atividade social e, ao mesmo tempo, proporciona uma geografia já dividida em compartimentos, na qual a atividade social tem lugar. A escala demarca o sítio da disputa social, tanto o objeto quanto a resolução dessa disputa. Vista dessa forma, a produção da escala pode começar a fornecer a linguagem que torna possível uma política espacial mais substantiva e tangível. Como diz Iris Young (1990, p. 36), "a ordenação da respeitabilidade significa que as coisas estão sob controle, tudo está no seu lugar, não atravessando os limites". É a escala geográfica que define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado.

Quero explorar mais a fundo esse tema, examinando uma seqüência de escalas específicas: *corpo, casa, comunidade, cidade, região, nação, globo*. Quero concentrar-me um pouco em pelo menos quatro aspectos de cada escala: ① a identidade, ou as características que tornam cada escala coerente; ② as diferenças internas; ③ as fronteiras com outras escalas; e ④ as possibilidades políticas de resistência inerentes à produção de escalas específicas, a revogação de fronteiras, o "saltar escalas".

São necessárias algumas advertências antes de encetar essa discussão esquemática e exploratória. Com essa tipologia de escalas discretamente diferentes, não estou supondo uma separação rígida de esferas espaciais. Como sugere o "Veículo do sem-teto", é justamente a conexão social ativa das escalas que é vital, mas não temos uma linguagem coerente ou criticamente pensada para as diferentes escalas. O viés estratégico do que segue vai, portanto, na direção das diferenças, em vez de homologias, entre as escalas. Contudo, a importância de "saltar escalas" está precisamente nessa conexão social e política ativa de escalas aparentemente distintas, sua confusão e anulação deliberadas. Em segundo lugar, o caráter hierárquico dessa tipologia é proposital e reflete um juízo antes prático do que filosófico. Não estou de forma alguma propondo algum sistema ontológico de escalas; ao contrário, a escala geográfica é hierarquicamente produzida como parte das paisagens sociais e culturais, econômicas e políticas do capitalismo e do patriarcalismo contemporâneos. A questão é justamente não "congelar" um conjunto de escalas como blocos de uma política espacializada, mas compreender os meios sociais e os propósitos políticos mediante os quais e para os quais esse congelamento das escalas é todavia realizado – embora transitoriamente. É melhor conceber essas diferentes escalas como encaixadas em vez de hierarquizadas, pois a ordenação hierárquica das escalas é séria candidata à abolição numa geografia social revolucionada. Ao discutir os desafios e as disputas políticas sobre escalas específicas – saltando escalas –, espero indicar modos como isso pode ser realizado, lugares a partir dos quais isso pode acontecer. Por fim, embora se estenda da escala do corpo à escala global, essa tipologia é inerentemente incompleta e aberta. É difícil que fosse diferente, pois, como afirmei, a escala é produzida ativamente. Na melhor das hipóteses, essa tipologia fornece uma moldura para organizar um pensamento mais coerente a partir da análise da diferença espacial.

O local físico primário da identidade pessoal, a escala do corpo, é socialmente construído. O lugar do corpo marca a fronteira entre o eu e o outro em um sentido tanto físico quanto social, e envolve a construção de um "espaço pessoal", além de um espaço fisiológico literalmente definido. O corpo é também um "*locus* cultural de significados de gênero", segundo Judith Butler (1986, p. 129), e isso sugere que, mais do que a maioria das escalas, a identidade do corpo *per se* está intimamente entrelaçada com suas diferenças internas. A dialética da identidade e da diferença é central à definição de escala, mas em nenhum lugar é mais importante do que com o corpo. Com efeito, Simone de Beauvoir (1952) afirmava que a cultura masculina identificava as mulheres com a esfera do corpo, ao mesmo tempo em que reservava aos homens o privilégio da desincorporação, de uma entidade não corpórea.¹³ Não apenas o gênero, obviamente, mas outras formas de diferença social são construídas em torno da identidade do corpo. Young (1990, pp. 122-155), em particular, sustenta que "a gradação dos corpos" reserva uma variedade de diferenças corpóreas além do sexo – a mais óbvia é a raça, mas também idade e capacidade – como base putativa para a opressão social e para o "imperialismo cultural".

Como o lugar da reprodução biológica, o corpo tem necessidades específicas – que são igualmente sociais – em definição e distribuição. Como lugar do prazer e da dor, também tem vontades, desejos e medos, e é o órgão biológico em torno do qual as definições de doença e saúde são construídas. O cuidado com o corpo, o acesso físico ao corpo e pelo corpo e o controle sobre o corpo são as avenidas centrais da disputa nessa escala. Se as mulheres não monopolizam necessariamente a escala do corpo, como Beauvoir sugere, as disputas nessa escala são todavia dominadas pelo gênero. As políticas do aborto, do estupro, da prostituição, da reprodução e dos cuidados com o corpo (a provisão e a preparação de comida, roupa, abrigo, calor, beleza) concentram-se no acesso ao corpo das mulheres, no trabalho que as mulheres fazem com seus corpos e a fronteira entre o controle individual e estatal sobre o corpo. O manual *Our Bodies, Ourselves* ajudou a galvanizar um movimento emergente feminista no início da década de 1970, precisamente porque permitia que as mulheres reclamassem seus corpos e controlassem a conquista da escala do corpo; ele afirmava o corpo como um lugar de luta fortemente reivindicado pelas feministas. A mesma fronteira entre controle individual e estatal do corpo é contestada na política do aborto e da preferência sexual. As políticas do corpo não são delineadas apenas por gênero, evidentemente, por mais que o gênero seja dominante nessa escala.

13. Há, evidentemente, um debate considerável sobre a formulação de Beauvoir. Ver, em especial, a negação de Monique Wittig (1975) de qualquer diferença sexual pré-social que sustente a construção social do gênero. A crítica de Butler (1986, p. 133) de que "a dialética do eu e do outro de Beauvoir mostra os limites de uma versão cartesiana da liberdade desencarnada" parece especialmente apropriada. Com efeito, o dualismo de Beauvoir parece relegar as mulheres a ficarem presas no espaço do corpo, em contraste com a liberdade dos homens no tempo.

O estilo corporal e as roupas medeiam as construções pessoais de identidade com culturas regionais, nacionais e globais, além de proporcionar acesso ao corpo pela indústria internacional da moda: a Benetton lidera o mundo na conquista cultural dos corpos em ação. Embora marcado pelo gênero, o estilo corporal é também uma questão de classe.

O descaramento do "Veículo do sem-teto" e do "Poliscar" demonstra a importância do acesso pelo corpo a espaços mais amplos – acesso corporal como meio de saltar escalas –, mas a história revela exemplos menos estranhos. Sallie Marston interpreta de modo semelhante o movimento de "maternidade voluntária" da virada do século. Decididas a controlar a fertilidade e o número de filhos, as ativistas femininas transformaram as normas de sua própria sexualidade e, no processo de construir um movimento pelo "feminismo doméstico", desafiaram vários pressupostos e idéias sobre os papéis sociais mais amplos das mulheres. Sucintamente, Marston (1991) pergunta: De que modo as mulheres construíram as várias escalas de resistência do corpo ao lar e à comunidade, ao Estado e ao estado-nação, e de que modo foram o conhecimento e o significado traduzidos entre as escalas (...), levando por fim a transformações das fronteiras da diferença com o mundo social mais amplo dominado pelos homens? Essas mulheres, sustenta, recusaram-se até a reconhecer as diferenças de escala impostas entre corpo, lar e comunidade.

Desde o surgimento da Aids, no início da década de 1980, a disputa mais sem precedentes pelo corpo travou-se em escala global. Primeiramente rotulada de Grid (Deficiência imunológica relacionada aos gays) pela classe médica, e remontada às origens na África central e no Haiti, a Aids ainda é geralmente considerada como resultado voluntário dos maus-tratos que alguém inflige ao próprio corpo. A reação política e profissional à Aids envolveu um endurecimento das fronteiras espaciais em todas as escalas espaciais. Os Estados Unidos recusam-se a admitir não cidadãos com teste de HIV positivo; governos nacionais defendem testes compulsórios de Aids; Cuba encarcera as vítimas da doença, enquanto muitos outros governos nacionais lastimam não poder fazer o mesmo; comunidades expulsam estudantes HIV positivos de escolas locais; forças policiais ganham luvas cirúrgicas para usar em manifestações de homossexuais e lésbicas, que também sofrem ataques físicos, ao mesmo tempo em que cresce o cacarejo moral contra as drogas e a favor da abstinência sexual. A contenção da Aids é uma estratégia altamente espacial que, ao policiar as fronteiras de diferentes escalas, reforça as diferenças sociais como diferenças espaciais. As fronteiras não só do corpo, mas de todos os lugares a que o corpo possa ir são submetidas a uma vigilância redobrada. A reação dos ativistas da Aids, representados por organizações tais como ACT UP (*Aids coalition to unleash power* – Coalizão da Aids para desencadear poder) e organizações homossexuais e lésbicas como a Queer Nation, foi de recusar, em todas as escalas, a contenção social sob o pretexto de controle médico. A recusa mais simbólica da contenção pode ter vindo com o apelo desafiador de Douglas Crimp (1987) a favor da promiscuidade baseada em princípios.

Casa

Lugar da reprodução pessoal e familiar, a casa é uma localização física e talvez uma estrutura, permanente ou temporária. Os atos rotineiros de reprodução social – comer, dormir, fazer sexo, limpar, criar filhos – estão baseados (mas não são exclusivamente praticados) no lar e em torno dele. Se o tamanho da casa, sua aparência externa e localização são, em larga medida, uma função da diferença de classe e, em algumas sociedades, da diferença de raça, a casa per se é um lugar fortemente marcado pelo gênero em muitas sociedades, e é considerada o locus da atividade feminina, contrastando com um reino masculino mais amplo. A forma assumida por essa determinação de gênero difere muito, em parte como consequência de definições muito diferentes de “família” e lar. Internamente, a diferenciação da casa pode variar de uma dicotomia simples dentro/fora até uma divisão mais elaborada; ela representa uma espacialização de diferentes experiências, atividades e funções sociais, ou combinações delas, e é mobiliada de acordo com essa espacialização. A inter-relação de diferenças de classe e gênero é sugerida pelo estudo de Witold Rybczynski (1986) sobre a formação da identidade do lar burguês: “A feminização da casa na Holanda do século XVII” (p. 72), que foi pioneira da domesticidade burguesa, afirma ele, “foi um dos eventos mais importantes da evolução do interior doméstico”. A formação da família nuclear na classe operária europeia também dependeu da separação do lar do trabalho pago, que veio com a ascensão do sistema fabril (cf. Barrett 1980). A idade e a função social também dividem a casa em diferentes usos e lugares que, todavia, mantêm as marcas das diferenças de classe e gênero – quarto, cozinha, banheiro, sala de jantar, estúdio, sala de fumar, sala de jogos, na cultura euro-americana recente. A diferenciação da casa pode também assumir a aparência mais simples de polaridades geométricas como frente/fundos ou em cima/embaixo.¹⁴

As fronteiras da casa podem ser bem definidas, como as paredes de uma estrutura ou as marcas da propriedade privada que incluem outro espaço privado, como um jardim ou quintal – uma invenção relativamente recente e geograficamente específica –, ou definidas de maneira mais fluida, na medida em que o espaço da casa funde-se com o espaço da comunidade. Internamente, a casa é um espaço em disputa, especialmente em termos de gênero, com a autoridade mais ampla e socialmente sancionada do homem entrando em choque, em numerosas culturas, com o tanto de autoridade doméstica das mulheres enraizadas na rotina do lar. Se o interesse dos homens está, em ampla medida, em conter as mulheres dentro de casa, o interesse das mulheres está mais em estender o poder e orgulho sentidos dentro de casa para escalas geográficas mais altas. Ao mesmo tempo castelo e prisão, o lar está socialmente, senão fisicamente, murado

14. A descoberta de Anthony Giddens (1984) do espaço social e do distanciamento tempo-espaço gira em torno de uma generalização dessas divisões mais elementares dentro da casa. Por nenhuma razão aparente, a casa torna-se a base para uma “regionalização” metafórica que suprime todas as diferenças de escala espacial.

e o acesso para fora, bem como para dentro, é controlado de várias formas. Como meio de controlar o acesso ao corpo das mulheres, por exemplo, o âmbito da mobilidade, especialmente das mulheres jovens, pode ser severamente restrito às cercanias da casa, seja de modo formal, como em muitas culturas islâmicas, ou menos formal, como nas regiões centrais de muitas cidades dos Estados Unidos (ver Katz 1993).

Embora se tenha sugerido que a escala do corpo define o lugar da identidade pessoal, a escala da casa oferece o contexto mais imediato onde isso ocorre. A falta de casa é uma perda dramática de poder sobre a maneira como a identidade é construída, pois, para o sem-teto, não há mais casa para protegê-lo do olhar público. Wodiczko captura e inverte isso brilhantemente, com o "Poliscar". De modo mais geral, a invasão reafirma o direito à privacidade social contra os ditames da privacidade econômica protegidos pelo mercado imobiliário. A própria casa é definida dentro de um contexto mais amplo e, por mais que a fronteira física separe as casas umas das outras, esses limites sempre retêm alguma porosidade. As mudanças econômicas, a desvalorização imobiliária de bairros inteiros ou a expansão ou contração dos sistemas de transporte, por exemplo, podem afetar seriamente o valor da propriedade, independentemente da ação dos proprietários individuais. A porosidade é igualmente marcada na direção oposta, na medida em que a casa torna-se a base geográfica da luta e da mobilização política. Em um estudo de caso do movimento pela moradia operária no Harlem, Leavitt e Saegert (1989) descobriram que as mulheres predominavam nas organizações de inquilinos e de bairro, em larga medida porque se recusavam a reconhecer os limites físicos da casa e tratavam a comunidade como uma extensão praticamente sem fronteiras do lar. O "Veículo do sem-teto" faz a mesma coisa: é ao mesmo tempo casa e anticasa.

Comunidade

A comunidade é adequadamente concebida como o lugar da reprodução social, mas as atividades envolvidas nessa reprodução são tão difusas que a identidade e as fronteiras espaciais da comunidade são freqüentemente indistintas. Além de um grupo de casas, a comunidade incorpora uma miríade de instituições sociais e culturais inter-relacionadas – educacionais, religiosas, recreativas –, elas mesmas entrelaçadas com o Estado local. Ela inclui também locais de trabalho, do lar à fábrica, ao escritório e à loja. Na medida em que assumem uma forma fixa, essas instituições tornam-se lugares distintos dentro da comunidade. Essa é, portanto, a escala espacial menos especificamente definida; o significado vago, mas, em geral, afirmativo e nutritivo atribuído à "comunidade" torna-a uma das metáforas da qual há mais apropriação ideológica no discurso público contemporâneo. Da "comunidade das nações" fazendo um ataque assassino ao Iraque à "comunidade empresarial", que tenta justificar a exploração de classe, apropria-se da idéia de comunidade

para reescrever realidades menos salubres. As identidades estabelecidas em outras escalas são facilmente envolvidas nas lutas pela comunidade.

As comunidades são socialmente definidas e podem assumir formas espaciais muito diferentes. As comunidades operárias em cidades do capitalismo avançado podem ser homólogas aos limites espaciais de um bairro. A identidade do bairro e da comunidade podem sobrepor-se de forma significativa, com base em características da classe como tipo de trabalho, etnia, raça, origem nacional ou alguma continuidade mais vaga de tradição, propinquidade social ou identificação de propriedade com lugar. Isso descreve certamente muitas comunidades rurais, mas também o Lower East Side de Nova York. A "aldeia urbana" de Herbert Gans (1962), no extremo norte de Boston, é talvez o exemplo clássico. As classes altas, enquanto isso, constroem e vivem em um tipo de comunidade muito diferente, em geral com um alcance espacial muito mais amplo, raramente confinante com qualquer bairro espacialmente contíguo, e definida de modo mais difuso: os Kennedy dificilmente moram num bairro irlandês. Além das cercanias da casa, as comunidades de classe alta podem incluir o local de uma casa de verão situada a centenas ou mesmo milhares de quilômetros, a escola privada em que estudam os filhos, e toda uma órbita de lugares não contíguos, mas habitualmente visitados.¹⁵ Não se trata apenas do fato de que os ricos expressam sua liberdade com sua capacidade de superar o espaço, enquanto os pobres ficam mais provavelmente presos a ele: o acesso diferenciado ao espaço leva a diferenças de poder na construção da escala espacial da vida cotidiana, semanal e sazonal.

A espacialização das lutas nessa escala é fundamental para a identidade social da comunidade. No verão de 1989, Yusef K. Hawkins, um adolescente negro, foi comprar um carro em Bensonhurst, uma parte quase que totalmente branca e italiana do Brooklyn. Uma turba de adolescentes brancos, dizendo que ele era o namorado arrependido de uma menina do bairro, atacou-o e matou-o. Nesse caso, a defesa da comunidade envolveu não apenas a violência reacionária, mas a combinação de várias escalas em que a identidade é construída; não apenas uma "defesa" do bairro contra os não-brancos, mas também uma defesa patriarcal de uma "propriedade da comunidade" -- o corpo da mulher.

As lutas baseadas no lugar podem também galvanizar uma resposta mais progressista, na medida em que grupos sociais anteriormente fragmentados se unem numa comunidade definida politicamente. Foi o que aconteceu em muitas cidades britânicas em 1981, em meio a tumultos violentos deflagrados pelo desemprego, pela brutalidade da polícia e por ataques racistas a negros e asiáticos. Muitos jovens asiáticos, que tradicionalmente se consideravam separados e até superiores aos negros britânicos e aos afro-caribenhos, começaram a se dizer "negros", num ato claro de solidariedade, expressando sua própria experiência do racismo. Apesar da oposição de afro-caribenhos mais velhos, que se ressentiam do *status* pequeno burguês

15. Apresento essas relações contrastantes de comunidade e bairro de uma forma abertamente binária, em consequência da natureza abreviada e altamente esquemática dessa discussão, não pretendendo, de forma alguma, afirmar "tipos ideais" duais.

de muitos asiáticos, e dos brancos que temiam a conseqüente unidade racial, o rótulo ampliado "pegou". À medida que a escala da identidade negra se expandia, a escala da luta contra o racismo se unificava e crescia. Se o corpo é a fonte imediata da diferença corpórea apropriada na construção do racismo, é na escala da comunidade que o racismo e qualquer forma de localismo está mais firmemente enraizada. A despeito de suas raízes locais, o racismo é, por tudo, uma construção global dos mercados financeiros e do privilégio cultural, encapsulado na realidade do "terceiro mundo".

As lutas baseadas na comunidade que não são simplesmente defensivas desenvolvem-se como reconhecimento político da identidade social – classe, raça, origem nacional, vulnerabilidade ambiental – emancipada das restrições espaciais paroquiais. A definição espacial não é abandonada, mas, como aconteceu com o Tompkins Square Park e o Lower East Side, a reespecialização da comunidade e a conseqüente definição da escala podem se tornar um meio para constringer as lutas dentro de fronteiras fixas, ou expandi-las para novos espaços. Assim, era primariamente a escala da comunidade que Harvey (1989, p. 236) tinha em mente quando sustentou que "os movimentos operários são (...) em geral, melhores na organização e dominação do *lugar* do que no comando do *espaço*".

Espaço urbano

O espaço urbano representa a esfera diária do mercado de trabalho. Ele envolve a centralização mais rematada dos recursos sociais e de capital devotados à produção, ao consumo e à administração sociais. Manuel Castells (1977, pp. 439-452) define "a especificidade do urbano" como o campo do "consumo coletivo", o domínio da reprodução, em oposição ao regional, que ele considera a escala da produção. Embora essa distinção seja sugestiva, Castells equipara falsamente consumo e reprodução e confunde as fronteiras do urbano com a identidade da escala urbana.

O espaço urbano divide-se conforme diferentes atividades e funções. Nas cidades capitalistas contemporâneas, a alocação de diferentes usos da terra a diferentes espaços é largamente mediada pelo mercado imobiliário, com seu sistema diferencial de aluguéis, ajudado e favorecido pelo zoneamento. Níveis diferenciais de aluguel facilitam uma separação espacial de atividades comerciais, industriais, residenciais, recreativas e outras. Dentro da cidade, a estrutura de aluguéis, a política do governo e as instituições financeiras privadas criam uma diferenciação do espaço residencial, em larga medida, mas não exclusivamente, por classe e raça, uma diferenciação estrutural que é culturalmente transformada num mosaico de enclaves. A distinção espacial mais definitiva na cidade capitalista avançada implicou a separação do trabalho da casa, precipitando uma geografia urbana marcada pelo gênero, mas com o surgimento do enobrecimento e da

integração dos subúrbios em décadas recentes, junto com o ressurgimento do trabalho em casa e da porcentagem crescente de mulheres que trabalham fora de casa, essa geografia está sendo reestruturada.¹⁶

O crescimento sem precedentes das cidades nos últimos séculos reflete a enorme centralização do capital e o desenvolvimento dos meios de transporte que permitiram uma crescente dispersão geográfica. A maioria das áreas urbanas é legalmente definida por fronteiras administrativas, mas elas só refletem por acidente a gama de relações sociais diárias. A extensão espacial da escala urbana é demarcada com muito mais precisão pela distância em que uma jornada diária ao trabalho é exequível.

A coerência da escala urbana é desafiada de várias maneiras. Interno ao capital, o aluguel é um meio periodicamente não confiável de alocar usos da terra, na medida em que ele reage também a sinais mais amplos da economia, transmitindo-os para a escala urbana. Em contraste, o desenvolvimento urbano rápido também pode romper a coerência da escala urbana, na medida em que a escalada dos valores da terra e o recuo das fronteiras espaciais da franja suburbana forçam a classe trabalhadora a escolher entre um bairro dilapidado e várias horas de viagem para trabalhar. Em ambos os casos, o desenvolvimento urbano exerce uma pressão significativa sobre o valor do trabalho. À medida que as grandes conurbações incorporam concentrações cada vez maiores de gente oprimida e explorada, com frequência em comunidades distintas, e lhes proporcionam também os meios de transporte, as exigências econômicas de um mercado de trabalho ampliado criam também as condições para a organização política dos oprimidos. As crises fiscais urbanas, periódicas ou crônicas, causam cortes nos serviços (os meios de reprodução) e no emprego em torno dos quais podem surgir organizações que envolvam toda a cidade, ao mesmo tempo em que a expansão contínua põe em perigo as próprias condições econômicas e ambientais que estimularam o crescimento, provocando o surgimento de movimentos contra o crescimento.

Região

Lugar da produção econômica, a escala regional está intimamente ligada aos ritmos mais amplos da economia nacional e global e a identidade regional é construída de forma desproporcional em torno de tipos de trabalho ali desenvolvidos. A região pode ser concebida como uma rede concentrada de conexões econômicas entre produtores, fornecedores, distribuidores e uma miríade de atividades anexas, todas situadas em localizações urbanas ou rurais específicas – “conjuntos de produção”, nos termos de Scott (1988).

A geografia regional tradicional identifica regiões agrícolas e industriais com base exatamente nisso: para a Grã-Bretanha do final do século XIX, Lancashire significava algodão, Yorkshire era lã e engenharia pesada,

16. Ver Harvey e Chatterjee (1974); Markusen (1980); McDowell (1983); Bondi (1991).

Clyde era construção naval, West Midlands, engenharia elétrica. O mesmo tipo de mosaico regional podia ser identificado em outros espaços nacionais e internacionais – especialmente na Nova Inglaterra. Essa estrutura regional era específica do estágio inicial do desenvolvimento capitalista, mas o surgimento do fordismo no mundo do pós-guerra foi acompanhado por uma mudança radical na estrutura regional e por uma enorme expansão da escala regional. A Nova Inglaterra, por exemplo, deixou de ser o mosaico de regiões locais que fora antes da depressão e, no final da década de 1960, já fazia parte de uma região coerente maior, que incorporava todo o nordeste dos EUA (cf. Smith e Dennis, 1987).

Se as atividades produtivas – formas específicas de indústria e agricultura, turismo e mineração, por exemplo – definem os contornos amplos da identidade regional, os ritmos da vida diária, semanal e sazonal desenham uma identidade cultural distintiva mais para algumas regiões do que para outras. Ao afirmar que o que as pessoas são “coincide com sua produção, tanto *o que* elas produzem quanto *como* produzem”, Marx e Engels (1970, p. 42) não estão propondo uma ontologia universal da identidade individual, mas uma teoria social ligando trabalho e cultura que é muito aplicável à escala regional. Se a ênfase aqui é cada vez mais posta sobre as relações econômicas, isso não implica uma construção social desvalorizada da geografia. Implica, ao contrário, que a construção social e cultural da escala regional não resulta tanto de agências locais e individuais imediatas, quanto é mediada, em larga medida, por estruturas culturais, políticas e especialmente econômicas mais generalizadas.

A divisão social do trabalho expressa-se de forma mais aguda em termos espaciais na escala regional. Diferentes condições, meios e níveis de produção sociais se diferenciam entre vários lugares urbanos e rurais. Tanto quanto é internamente construída, a economia social da região também segue as oscilações dos processos, eventos e desdobramentos econômicos nacionais e internacionais e, na medida em que as regiões se especializam em tipos e condições específicos de produção – fazendo mercadorias ou vendendo produtos para um mercado mais amplo – as fronteiras regionais são muito porosas e cambiáveis. Enquanto a Nova Inglaterra do pós-guerra perdeu boa parte de sua identidade regional tradicional, fundindo-se em um nordeste maior, a desindustrialização das décadas de 1960 e 1970, por sua vez, desgastou a coerência regional dessa região nordestina. O nordeste americano fragmentou-se num mosaico de regiões muito menores, sob a injunção de mudanças econômicas e políticas maiores nas escalas nacional e global. De modo oposto, novos padrões de alta tecnologia, uma mudança na direção da especialização flexível nos processos de produção começou a estabelecer conjuntos regionais muito diferentes como o Vale do Silício, que reconstituiu o espaço regional numa escala menor (cf. Smith e Dennis 1987, Scott 1988).

Na medida em que a identidade regional tem seu foco na atividade produtiva, as lutas regionais são desproporcionalmente lutas de classe, com o trabalho como base da organização política. É evidente que as questões de gênero e raça estão intimamente entrelaçadas com a da classe, como acontece quando os patrões deliberadamente situam suas instalações em lugares onde uma força de trabalho feminina ou branca está à

disposição, mas essas diferenças sociais não são definitivas na escala regional. A cooperação intraclasse realça a competição interclasses, e a organização espacial da cooperação e da competição entre classes contribui de modo fundamental para a definição das fronteiras regionais. A fragmentação do nordeste americano em décadas recentes não foi apenas o resultado da recessão econômica e da absorção no mercado mundial; numa série de recuos, vários sindicatos poderosos trocaram as negociações em escala nacional e regional por muitos acordos locais separados (cf. Herod 1991). As geografias regionais reestruturadas dos anos 80 e 90 estão marcadas pela mesma fluidez e flexibilidade.

Os movimentos políticos regionais podem ser altamente defensivos, combatendo alguma invasão externa. Isso se aplicaria a algumas coalizões antidesindustrialização de anos recentes, que identificavam como vilão o capital externo ou países estrangeiros, mas descreve também algumas coalizões ambientalistas e contra o crescimento. Os mais defensivos de todos, os mais politicamente variados e, com frequência, os mais voláteis, são os movimentos regionais baseados menos em demandas econômicas e políticas e mais em reivindicações históricas, culturais e possivelmente românticas, que buscam transformar certas regiões em estados-nações separados. A diferença regional e o chauvinismo funcionam, nesse caso, para conter as lutas de classe e outras batalhas regionais dentro de limites territoriais. Na pior das hipóteses, o regionalismo pode dar vazão ao racismo e a outras formas de localismo geradas em escalas espaciais menores. Mas o regionalismo e as reivindicações de soberania nacional a ele ligadas podem também ser a base de movimentos sociais progressistas, que têm sucesso na medida em que continuam a desafiar não apenas a contenção regional, mas também nacional, da luta – na medida em que seu projeto seja de um anti-imperialismo global e não somente nacionalista.

Nação

Embora represente uma divisão do mercado mundial, a escala nacional é primariamente uma construção política, o lugar do poder estatal. Nem sempre foi assim. O poder estatal em formações sociais anteriores com frequência se encontrava na escala urbana, como nas cidades-estados da Grécia e da África ocidental, ou na escala regional, em ducados, feudos, sultanatos. Em contraste, o estado-nação tornou-se a escala dominante do poder estatal com a emergência do capitalismo. Ele difere das formações anteriores do Estado, porque a cidadania se refere a uma nação definida por seu território, em vez de por laços de parentesco, o que é simbolizado pela invenção comparativamente recente do passaporte e da construção de cercas, muros e postos alfandegários. A escala mais extensa do estado-nação, em comparação com seus predecessores, resultou, em larga medida, do aumento da escala da atividade econômica e da concomitante acumulação capitalista, mas as fronteiras que separam as nações são, em geral, produto de guerras, conquistas militares, disputas políticas e tratados.

Se a definição territorial do "corpo político" substitui a genética, nem por isso o localismo inerente a esta última é vencido. Diferenças étnicas, raciais, religiosas ou regionais podem dividir internamente o estado-nação, e a cidadania atribui estatuto de estrangeiro com tanta certeza e emoção quanto confere identidade nacional. O nacionalismo é talvez a mais impermeável das *ideologias* de base espacial – em contraste com a porosidade econômica crescente das *fronteiras* nacionais – e os desafios ao poder estatal só raramente questionam sua base *per se*, ou a legitimidade da escala nacional da organização social. A maioria das lutas nacionalistas e dos desafios ao estado-nação não busca abolir seu poder, mas substituir a liderança. Mas há exceções, e o estado-nação é, hoje, uma escala peculiarmente vulnerável da organização social.

Em primeiro lugar porque, à medida que o capital se organiza nos mercados mundiais, as empresas globais podem deter um poder econômico significativo sobre os estados-nações. A classe trabalhadora poderia também levar a melhor sobre as classes dominantes nacionais organizando-se internacionalmente, mas, apesar da velha ambição do lema "trabalhadores de todo mundo, uni-vos", a classe operária internacional não está em nenhum lugar tão organizada quanto seus adversários. O nacionalismo deteve em larga medida os ataques de classe ao poder estatal, da carnificina da Segunda Internacional em 1914 ao desvio das lutas pós-coloniais na América Latina, África e Ásia e à reconstrução de burguesias nacionais separadas. O mesmo destino se abateu sobre o sindicato polonês Solidariedade.

O poder estatal não só está nas mãos de uma classe dominante minoritária, como, em geral, de homens, provavelmente de um determinado grupo racial, étnico ou religioso. Na medida em que esses interesses são sistematicamente incorporados ao tecido legal e ideológico do Estado, a exploração e a opressão baseadas em classe, raça, gênero e outras diferenças sociais são institucionalizadas nas estruturas nacionais de direitos civis e leis da propriedade. O Estado polícia também as fronteiras das escalas espaciais mais baixas; em especial, o corpo, a casa e a comunidade, e os desafios ao poder estatal emanam dessas e de outras fontes de opressão (inclusive ambiental), mesmo que não sejam tão claramente definidas. Foi sobre o Estado patriarcal que Virginia Woolf (1952) tentou saltar quando declarou: "Como mulher, não tenho país. Como mulher, não quero um país. Como mulher, meu país é o mundo todo."

Fronteiras globais

Pode parecer que os limites da escala global sejam dados pelas fronteiras naturais do planeta, mas como acontece com as outras escalas, a escala global *per se* é socialmente produzida. O mundo do Império Romano, para dar um exemplo óbvio, cobria apenas uma pequena porcentagem da superfície do planeta, ao passo que as viagens espaciais sugerem uma expansão iminente da escala "global". De fato, as centenas de bilhões de dólares devotados às viagens espaciais já tiveram um efeito significativo sobre a economia mundial nas

quatro últimas décadas. Com o modo de produção capitalista, a escala global é primariamente uma construção da circulação do capital.

É difícil discutir a conquista da escala global, exceto historicamente. Os mundos globais subplanetários – fossem altamente localizados, como os vários povos da Amazônia, África Central ou Bornéu que foram periodicamente “descobertos” pelos exploradores europeus do século XIX, ou os impérios maiores como a dinastia Ming da China – foram construídos por várias misturas de poder político, cultural, econômico e ideológico. A construção econômica de uma escala global unificada só aconteceu com a globalização do mercado mundial, no final do século XIX. Desde então, a escala global tem sido demarcada menos pela expansão política de capitais europeus baseados nacionalmente; em vez disso, é a dinâmica interna do desenvolvimento economicamente desigual, estruturado de acordo com as relações sociais e econômicas específicas da sociedade capitalista que molda a escala global. Da mesma forma, o global é dividido não apenas segundo as divisões políticas do estado-nação, mas também conforme os níveis diferenciais de desenvolvimento e subdesenvolvimento experimentados e alcançados por esses Estados no mercado mundial.

A conquista da escala global pode parecer uma idéia ou um conjunto de eventos impossíveis de captar, mas é bem real. Em termos de classe, a classe capitalista chegou ao poder mediante uma série de revoluções nacionais mais ou menos reconhecíveis entre os séculos XVII e XX; algumas significaram a derrubada violenta de classes dominantes anteriores, ao passo que outras foram revoluções mais silenciosas, resultantes do aumento de poder no mercado. O ponto importante é que elas não ficaram isoladas em Estados separados: por meios políticos e econômicos, a burguesia em ascensão uniu diferentes ilhas de poder nacional numa hegemonia global. Envolvidos integralmente estavam não somente projetos de dominação de classe, mas também de opressão – em especial, mas não exclusivamente, com base em gênero e raça: as forças de trabalho do terceiro mundo são compostas, em larga medida, não apenas de trabalhadores, mas de mulheres trabalhadoras, negros trabalhadores, pardos trabalhadores. Essas histórias entrelaçadas de conquista – escravidão, roubo, negação do direito de propriedade, privação de direitos civis – buscaram conter as incipientes lutas sociais numa escala geográfica mais baixa, como por exemplo, as lutas pelo corpo ou pelo nacionalismo, ao mesmo tempo em que afirmavam as pretensões globais do capitalismo.

A oposição ao poder global contemporâneo emerge de várias lutas de base nacional e internacional: não só os mais evidentes movimentos antiimperialistas e contra a guerra e as lutas pós-coloniais, mas também os movimentos feminista e ecológico, que podem ter inspiração mais local, mas um potencial global. A capacidade do socialismo revolucionário, baseado numa análise de classe da sociedade capitalista, de extrair todo um estado-nação do capitalismo global provocou uma extraordinária reação, incluindo um embargo econômico e a presença de 16 exércitos nacionais em solo soviético em 1919, acabando finalmente por conduzir à Guerra Fria. Porém, apesar de seu internacionalismo manifesto, e com o fracasso das revoluções de 1919, a liderança soviética não “saltou escalas”. Ela não apenas foi contida como uma ilha hostil na

economia mundial pelo embargo capitalista, como, sob o domínio de Stalin, sucumbiu à crença desastrosa no "socialismo em um país". O socialismo na antiga União Soviética ficou emperrado durante muitas décadas, até os eventos de 1989.

Se a ligação política das revoluções burguesas com suas políticas de classe, gênero e raça estão hoje apagadas pela celebração chauvinista de dias separados de independência nacional e guerras revolucionárias, esse apagamento ideológico faz parte de um policiamento perpétuo da escala global. Na medida em que tenta reproduzir sua própria visão de mundo, a classe dominante busca também estabelecer uma definição do global lado a lado com a cidadania nacional. O apagamento da diferença implicado no "sujeito universal" é uma insinuação dessa cidadania global, mas também assume formas mais populares. "O global" é construído de forma muito ativa. "Fazemos negócios em um único lugar", diz um anúncio da Salomon Brothers de seus serviços financeiros, sob uma fotografia visionária da "Espaçonave Terra".

A crítica do sujeito universal tornou-se, ela mesma, quase universal, mas a questão mais difícil é de que modo um sujeito político ou uma coalizão de sujeitos políticos pode ser reconstruída sem, de um lado, repetir a pressuposição de um sujeito branco, masculino, de classe dominante, e, de outro, sem voltar para um individualismo radical. Esse dilema epistemológico familiar parece exigir uma negociação de privilégio baseada em diferentes situações do sujeito e, por isso, é considerada em geral um projeto essencialmente local. Mas a reconstrução dos sujeitos políticos é, ao mesmo tempo, intensamente global. "O pessoal", lembra-nos Cynthia Enloe (1990, p. 195), numa visão ambiciosa do salto de escalas, "é internacional" – uma resposta adequada também à banalidade do "Pense globalmente, aja localmente". A esse derrotismo, só se pode responder que é necessário "pensar globalmente e agir globalmente também".

Para evitar qualquer perigo de idealismo acadêmico, a discussão sobre o sujeito político reconstruído precisa também dar mais atenção aos *objetos* da conquista política. Passavam-se apenas 18 anos, mas já ia uma longa distância, da ameaça de Jim Morrison de 1967 – "Nós queremos o mundo, e queremos agora" – quando a completamente idealista Band Aid se lamentou na década de 1980: "We are the world". "Nós" não somos o mundo, mas há muita gente que ainda o quer, e só encontraremos a identidade internamente diferenciada do "nós" na medida em que também continuamos a querer o mundo.¹⁷

Conclusão

Marx (1973, pp. 524 e 539) detectou no capitalismo uma tendência para o que ele chamou de "aniquilação do espaço pelo tempo". Podemos ver isso em todas as escalas – da global, onde os avanços da tecnologia de comunicações e transporte tornam o mundo quase literalmente menor, à desterritorialização diferencial dos corpos feminino e masculino, do modo como Beauvoir detectou e, de fato, espelhou. Uma política

17. Ver Enloe (1990). Ver também Young (1990), para o que eu suponho ser uma visão semelhante, e Haraway (1991).

especializada recupera o espaço dessa aniquilação, tanto quanto a noção de Lefebvre da produção do espaço busca recuperar o espaço social das abstrações construídas pelo Estado capitalista ou por meio do mercado (cf. Lefebvre 1991). Isso sugere a natureza ambígua da escala. Ao estabelecer fronteiras, a escala pode ser construída como um meio de restrição e exclusão, como um meio de impor identidade. Mas uma política da escala pode se tornar também uma arma de expansão e de inclusão, um meio de ampliar as identidades. As escalas oferecem marcos na recuperação do espaço da aniquilação e uma linguagem mediante a qual a rediferenciação do espaço pode ser desbravada sobre bases sociais discutidas e ajustadas, em vez de seguir a lógica econômica do capital e os interesses políticos de sua classe.

Bibliografia

- ALTHUSSER, Louis e BALIBAR, Étienne (1977) *Reading Capital*. Nova York: Monthly Review Press.
- BARRETT, Michèle (1980) *Women's oppression today*. Londres: Verso.
- BEAUVOIR, Simone de (1952) *The second sex*. Nova York: s.ed.
- BERMAN, Marshall (1982) *Everything that is solid melts into air*. Nova York: Simon and Schuster.
- BONDI, Liz (1991) "Gender divisions and gentrification: A critique". *Transactions of the Institute of British Geographers*, nº 16, pp. 190-198.
- BUTLER, Judith (1986) "Variations on sex and gender: Beauvoir, Wittig, and Foucault". In: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (eds.) *Feminism as critique: On the politics of gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- CASTELLS, Manuel (1977) *The urban question*. Londres: Edward Arnold.
- COLO, Papo (1990) "Living rights are human rights". In: WODICZKO, Krzysztof, *Krzysztof Wodiczko e David Lurie. New York city tableaux: Tompkins square. The homeless vehicle project*. Nova York: Galeria Exit Art [Catálogo de exposição], p. 2.
- COX, K. e MAIR, A. (1989) "Levels of abstraction in locality studies". *Antipode*, nº 21, pp. 121-132.
- CRIMP, Douglas (1987) "How to have promiscuity in an epidemic". *October*, nº 43, pp. 237-271.
- DANIEL, KRZYSZTOF, OSCAR e VICTOR (1988) "Conversations about a project for a homeless vehicle". *October*, nº 47, pp. 68-76.
- DEUTSCHE, Rosalyn (1988) "Uneven development: Public art in New York city". *October*, nº 47, pp. 47-52.
- DUNCAN, James (1978) "Men without property: The tramp's classification and use of urban space". *Antipode*, nº 10, pp. 24-34.
- DUNCAN, S. e SAVAGE, M. (1989) "Space, scale, and locality". *Antipode*, nº 21, pp. 179-206.
- ENLOE, Cynthia (1990) *Bananas, beaches, and bases: Making feminist sense of international politics*. Berkeley: University of California Press.
- FOUCAULT, Michel (1980) "Questions on geography". In: GORDON, Colin (ed.) *Power/knowledge: Selected interviews and other writings, 1972-1977*. Nova York: Pantheon, pp. 63-77.
- GANS, Herbert (1962) *The urban villagers*. Nova York: Free Press of Glencoe.
- GENOVESE, E.D. e HOCHBERG, L. (1989) (eds.) *Geographic perspectives in history*. Oxford: Basil Blackwell.
- GIDDENS, Anthony (1981) *A contemporary critique of historical materialism*. Basingstoke: Macmillan.
- _____ (1984) *The constitution of society*. Berkeley: University of California Press.
- GOULD, Peter (1991) "Reflections require a mirror". *Annals of the Association of American Geographers*, nº 81, pp. 328-334.

- GREGORY, Derek (1978) *Ideology, science, and human geography*. Londres: Hutchinson.
- HAMILTON, Alexander, MADISON, James e JAY, John (1982) *The federalist papers*. Nova York: Bantam Books.
- HARAWAY, Donna (1991) "Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective". In: HARAWAY, D. *Simians, cyborgs, and women: The reinvention of nature*. Nova York: Routledge, pp. 183-201.
- HARVEY, David (1973) *Social justice and the city*. Londres: Edward Arnold.
- _____ (1982) *Limits to capital*. Oxford: Basil Blackwell.
- _____ (1985) *The urbanization of capital*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- _____ (1989) *The conditions of postmodernity: An enquire into the origins of cultural change*. Oxford: Basil Blackwell.
- HARVEY, David e CHATERJEE, Lata (1974) "Absolut: Rent and the structuring of space by financial institutions". *Antipode*, nº 6, pp. 22-36.
- HEBDIGE, Dick (1933) "Metaphors out of control". In: *Mapping the futures*. Londres: Macmillan.
- HEROD, Andrew (1991) "The production of scale in United States labor relations". *Area*, nº 23, pp. 82-88.
- JAMESON, Fredric (1984) "Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism". *New Left Review*, nº 146, pp. 71-89.
- KATZ, Cindi (1993) "Growing girls, closing circles". In: KATZ, C. e MONK, J. (eds.). *Full circles: Geographies of women over the life course*. Londres: Routledge.
- KATZ, Cindi e KIRBY, Andrew (1991) "In the nature of things: The environment and everyday life". *Transactions of the Institute of British Geographers*, nº 16.
- LEAVITT, Jacqueline e SAEGERT, Susan (1989) *From abandonmen to hope*. Nova York: Columbia University Press.
- LEFEBVRE, Henri (1970) *La révolution urbaine*. Paris: Maspéro.
- _____ (1976) "Reflections on the politics of space". *Antipode*, nº 8, pp. 30-37.
- _____ (1991) *The production of space*. Oxford: Basil Blackwell.
- LURIE, David V. e WODICZKO, Krzysztof (1988) "Homeless vehicle project". *October*, nº 47, pp. 53-67.
- MARCUSE Peter (s.d.) "Isolating homelessness from housing". In: CATON, Carol (ed.). *The homeless in America*. Nova York: Oxford University Press.
- MARKUSEN, Ann (1980) "City spatial structure, womens's household work, and national urban policy". *Signs*, nº 5, pp. 23-44.
- MARX, Karl (1973) *Grundrisse*. Harmondsworth: Penguin.
- MARX, Karl e ENGELS, Frederick (1970) *The german ideology*. Nova York: International Publishers.
- MARSTON, Sallie A. (1991) "Transforming the boundaries: Power and resistance among turn of the century american women". Trabalho apresentado à Conferência Anual do Institute of British Geographers. Sheffield, 2 a 5 de janeiro.
- MASSEY, Doreen (1984) *Spatial divisions of labour: Social structures and the geography of production*. Basingstoke: Macmillan.
- McDOWELL, Linda (1983) "Towards an understanding of the gender division of urban space". *Environment and Planning*, pp. 59-72.
- MITCHELL, Don (1992) "Land and labor: Worker resistance and the production of landscape in California". S.I.: Rutgers University. Tese de doutorado.
- _____ (s.d.) "Iconography and locational conflict from the underside: Free speech, people's park, and the politics of homelessness in Berkeley, California". *Political Geography*, nº 11, pp. 152-169.
- PEET, Richard e THRIFT, Nigel (eds.) (1989) *New models in geography: The political economy perspective*. Londres: Unwin Hyman.
- PROBYN, Elspeth (1990) "Travels in the local: Making sense of the local". In: NICHOLSON, Linda J. (ed.) *Feminism/postmodernism*. Nova York: Routledge, pp. 176-189.
- ROSS, Kristin (1988) *The emergence of social space: Rimbaud and the Paris Commune*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- RUDDICK, Susan (1990) "Heterotopias of the homeless: Strategies and tactics of placemaking in Los Angeles". *Strategies*, nº 3, pp. 184-201.

- RYBCZYNSKI, Witold (1986) *Home: A short history of an idea*. Nova York: Viking.
- SAID, Edward (1978) *Orientalism*. Nova York: Pantheon.
- _____ (1990) "Narrative, geography, and interpretation". *New Left Review*, nº 180, pp. 81-97.
- SCOTT, Allen J. (1988) *New industrial spaces*. Londres: s.ed.
- SMITH, Neil (1984) *Uneven development: Nature, capital, and the production of space*. Oxford: Basil Blackwell.
- _____ (1987) "Dangers of the empirical turn: Some comments on the CURS initiative". *Antipode*, nº 19, pp. 59-68.
- _____ (1990) "Tompkins Square Park time line". In: *Krzysztof Wodiczko e David Lurie. New York city tableaux: Tompkins square. The homeless vehicle project*. Nova York: Galeria Exit Art [Catálogo de exposição], pp. 14-20.
- _____ (1992) "Lower East Side as wild wild west: New York city as new frontier". In: SORKIN, Michael (ed.) *Variations on a theme park: The new american city and the end of public space*. Nova York: Hill and Wang, pp. 61-93.
- _____ (s.d.) "Geography as museum: Private history and conservative idealism in 'The nature of geography'". In: ENTRIKIN, J. Nicholas e BRUNN, Stanley D. (eds.). *Reflections on Richard Hartshorne's 'The Nature of Geography'*. Washington (D.C.): Occasional Publication of the Association of American Geographers, pp. 91-120.
- SMITH, Neil e DENNIS, Ward (1987) "The restructuring of the geographical scale: Coalescence and fragmentation of the northern core region". *Economic Geography*, nº 63, pp. 160-182.
- SMITH, Neil; DUNCAN, Betsy e REID, Laura (1989) "From disinvestment to reinvestment: Tax arrears and turning points in the East Village". *Housing Studies*, nº 4, pp. 238-252.
- SOJA, Edward (1989) *Postmodern geographies: The reassertion of space in critical social theory*. Londres: Verso.
- WATTS, Michael (1983) *Silent violence*. Berkeley: University of California Press.
- WITTIG, Monique (1975) *The lesbian body*. Nova York: Avon Press.
- WODICZKO, Krzysztof (s.d.) "Poliscar". Nova York: Josh Baer Gallery.
- _____ (1990) *Krzysztof Wodiczko e David Lurie. New York city tableaux: Tompkins square. The homeless vehicle project*. Nova York: Galeria Exit Art [Catálogo de exposição].
- WODICZKO, Krzysztof e LURIE, David (1990) "The homeless vehicle". In: *Krzysztof Wodiczko e David Lurie. New York city tableaux: Tompkins square. The homeless vehicle project*. Nova York: Galeria Exit Art [Catálogo de exposição], p. 22.
- WOOLF, Virginia (1952) *Three guineas*. Londres: Hogarth.
- WRIGHT, Patrick (1992) "Home is where the cart is". *The Independent on Sunday*, 12 de janeiro, p. 14.
- YOUNG, Iris Marion (1990) *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press.